

UMA CASA E UM JARDIM: REPRESENTAÇÕES DO MORAR

ADRIANA MARA VAZ DE OLIVEIRA*

ELANE RIBEIRO PEIXOTO**

[...] habitar, ou seja, no sentido de ser e estar sobre a terra, construir permanece, para a experiência cotidiana do homem, aquilo que desde sempre é, como a linguagem diz de forma tão bela, “habitual”.
(HEIDEGGER, 2002, p. 127.)

Entre as múltiplas maneiras de construir a história de uma cidade, optamos por aquela que se volta para o cotidiano e nos justificamos: essa opção parece mais facilmente permitir as aproximações com as práticas culturais e as representações da cidade, seja por meio da memória, do imaginário ou das imagens que a materializam.

Para alcançar nosso propósito, escolhemos estudar a cidade via seus bairros, que, conforme Mayol (1996), são as partes situadas na relação dialética entre um dentro (privado) e um fora (público), caracterizam-se na estreita e progressiva aprendizagem do habitante, que, pelo repetido engajamento de seu próprio corpo se constitui e se reconhece morador. O bairro possibilita um recorte espacial que favorece as narrativas, imprescindíveis para a inteligibilidade das temporalidades de uma cidade. Desse modo, coaduna-se com os anseios de nossa pesquisa sobre Goiânia.

Inicialmente, nossos percursos teóricos envolveram autores cuja procedência disciplinar era acentuadamente a antropologia, como Mayol (1996), Velho (2002), Certeau (1996) e Mauss (2003). Todavia, à medida que nosso trabalho amadurecia em decorrência dos estudos de campo, outros autores foram chamados a colaborar, pois se tornou imperativo transpor as restrições dos estudos de transformação morfológicas e os registros etnográficos. Podemos dizer que um segundo momento de nossas reflexões se iniciou com Anne Cauquelin (1982) e Norberg-Schulz (2002). De Cauquelin, resultou a importância atribuída às memórias afetivas – aos gestos, comportamentos, hábitos e práticas, de tal forma que esclarecessem e iluminassem as descobertas pelas ruas dos bairros estudados. De Norberg-Schulz, foi importante recuperar seu conceito de “lugar” formulado a partir de Heidegger. Recordemos o filósofo que considerava o habitar como um fundamento da condição humana. Para ele, ser homem queria dizer habitar e

elucidou essa interpretação a partir das origens etimológicas das palavras *habitar* e *ser* em alemão. Essa análise o conduziu a termos antigos como *buan* cujo significado é construir, cultivar um campo e do qual deriva *bin*, origem do verbo *ser*. Portanto, construir e ser são termos indissociáveis porque partilham a mesma origem. Habitar é intrínseco à noção de sentir-se em casa, preservado dos danos e ameaças e pertence ao campo semântico de resguardo e abrigo. Assim, o homem habita e se define construindo, tendo uma ação transformadora sobre o espaço em que vive e sobre si próprio. O habitar vincula-se ao identificar-se, o homem se reconhece no espaço que constrói.

A partir desta perspectiva, Norberg-Schulz (2006) ensaia uma abordagem fenomenológica da idéia de lugar. O lugar é o concreto e estrutura-se em dois aspectos: o de sua materialidade e o de sua atmosfera, traduzidos nos termos espaço e caráter. O espaço é um sistema de relações derivado da organização tridimensional dos elementos concretos do lugar, a paisagem. O caráter concerne à forma como esses objetos são construídos e ordenados. Há nessa dupla operação, a vontade de tornar mais exata a estrutura da natureza e simbolizar seu modo de compreendê-la, reunindo significados apreendidos pela experiência na criação de uma *imago mundi*.

Esta idéia de lugar estabelece interlocuções com outros autores, tais como Santos, Rapoport e Yazigi, em todas essas importantes referências, a materialidade do lugar e o sentido que nela reside são partes fundantes da totalidade do conceito de lugar. Termos como “alma do lugar” (YAZIGI, 2001), “personalidade do lugar” (história; costumes; arquitetura; urbanismo, detalhes e adornos, tipos humanos e suas relações com o meio e a região, pertença, formas linguísticas, mitos, sons e outros) (SANTOS, 1996) coincidem com um *imago mundi* e estabelecem laços com o *genio locci*, conceito recuperado aos romanos por Norberg-Schulz. No bojo desta ideia de lugar encontra-se a correlação entre práticas sociais e representações, esclarecida por Chartier (1991) na sua concepção sobre história cultural. Em síntese, o espaço e o caráter mesclam materialidade e esquemas simbólicos, traduzidos em cidades, bairros, casas e jardins.

Nossas deambulações teóricas e pelas ruas de nossa cidade apresentam-se aqui na história do Jardim Goiás, dele destacando dois momentos singulares representados por uma casa e um jardim, considerados como a representação do imaginário ou a

imagem elaborada e idealizada do morar, distinguindo-se do plano urbanístico e dos destinos desse bairro.

Jardim Goiás, entre o evento e o cotidiano

A primeira impressão que se tem ao perambular pelo Jardim Goiás é que estamos em uma cidade de difícil identificação. As grandes superfícies de abastecimento – Carrefour, Wal Mart –, as concessionárias de veículos importados e a presença de um grande *shopping* são objetos impregnantes na paisagem, o que nos permitiria utilizar, apropriadamente, o termo “*urbanal*”, cunhado por Muñoz (2008). O professor da *Universidad Autónoma de Barcelona* refere-se a essas paisagens como insípidas, associando-as aos chicletes sem açúcar e às superfícies polidas, onde tudo é extroversão sempre vinculada ao grande capital programado e planejado.

O Jardim Goiás não foi sempre assim, embora desde seu início orientou-se pela dinâmica do planejamento/programação, respondendo de pronto com modificações que o garantissem como um bom investimento. O bairro foi criado em 1950 por iniciativa de um fazendeiro cujas terras foram em parte loteadas. A fazenda, adquirida com capital da venda de outras terras e de garimpos de ouro foi seccionada pela rodovia que liga Goiânia a São Paulo, a BR-153. A parte mais próxima à cidade foi, portanto, a porção destinada a um novo parcelamento, para o qual se buscou os serviços técnicos em São Paulo.

No memorial do projeto urbanístico, encontrado na Secretaria Municipal de Planejamento de Goiânia (SEPLAN), a autoria do projeto é assinada pelo engenheiro-arquiteto Roberto Magno Ribeiro, que atribui as origens de sua proposta ao anteprojeto elaborado por Prestes Maia para o mesmo local. Nesse documento, ressalta-se uma curiosa reserva assegurada ao empreendedor do Jardim Goiás. Trata-se do domínio das áreas verdes e de seus destinos, sempre sob a tutela desse surpreendente personagem. As referidas reservas atribuíam-lhe um poder de negociação com as instâncias públicas, muito antes que qualquer ideia sobre o empreendedorismo urbano ou sobre as propaladas parcerias público-privadas pudesse sequer ser pensada.

Até a década de 1970, a ocupação do Jardim Goiás era tímida, com a presença de poucas construções residenciais regularizadas ou não, pois o proprietário controlava a venda dos lotes. Nesse período estabeleceu-se a primeira parceria entre o loteador

Louza e o governo do Estado para a construção do Estádio Serra Dourada. A gleba de terra, em sua grande parte, foi doada pelo primeiro para a construção de um monumental estádio de futebol que pudesse dar visibilidade a Goiás. Mais uma vez, recorreu-se a São Paulo, o arquiteto Paulo Mendes da Rocha foi o encarregado do projeto do Serra Dourada.

O estádio não foi o único equipamento resultante da associação entre Louza e o governo do estado, à época representado por Leonino Di Ramos Caiado. A construção do Autódromo Internacional de Goiânia derivou dessa parceria e repetiu a mesma estratégia: uma área adjacente ao Jardim Goiás foi doada para a construção, de tal forma a valorizá-lo.

Curiosamente, a intenção de valorizar o bairro pela construção de chamativos equipamentos fortaleceu os assentamentos irregulares às margens do córrego Botafogo que o atravessa. Esses, chamados de invasões do Areião e da Vila Lobó, cresceram com a vinda de uma população de trabalhadores da construção civil atraídos pelas oportunidades representadas pela construção do estádio de futebol. Aos poucos, consolidavam-se com pessoas vindas de diversos lugares, rompendo com a lógica programada de Louza. Alguns deles se transferiram da invasão do Jardim Botânico, com a promessa de que seriam proprietários dos terrenos que compunham parte das áreas institucionais do Jardim Goiás. Contudo, nunca obtiveram a propriedade legal desses lotes.

Neste mesmo período, a década de 1970, outra curiosa parceria estabelecida entre os protagonistas oficiais do Jardim Goiás ensejou a criação de uma escola peculiar, destinada a formar a burocracia goiana. Denominava-se Escola de Líderes, nome pelo qual foi inicialmente conhecido o Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos. Essa escola era mais um elo na articulação que se tecia em torno do próprio Jardim Goiás, lugar de uma renovada modernidade, embalada pelo ritmo do Brasil Grande e expressa na construção dos grandes equipamentos esportivos e na preparação de uma elite capaz de romper com antigas estruturas agrárias do estado.

Apesar dos arranjos acordados entre o proprietário do bairro e o poder público, o Jardim Goiás permaneceu pouco habitado, mesmo porque Louza aguardava o momento oportuno, o de máxima valorização dos terrenos, para os comercializar, o que foi acelerado quando foi construído o primeiro *shopping* da capital de Goiás nos anos de

1980. Mais uma vez, o proprietário do loteamento demonstrava sua excepcional sagacidade: o *shopping* valorizou a região, sendo que obras viárias e o transporte público foram garantidos, facilitando sua conexão com o centro da cidade. Primeiramente, apareceram os edifícios baixos, seguidos de outros construídos em altura, mas com programas modestos, em geral apartamentos de dois quartos. As casas unifamiliares de classe média surgiam salpicadas, aqui e acolá.

Durante seus quase trinta anos de existência, o *shopping* sofreu sucessivas ampliações, como as que caracterizam os espaços definidos por Koolhaas (2000) como *junkspace* – os espaços de consumo em constante alteração, os coágulos da modernidade. Com ele, apareceram seus correlatos: hipermercados, redes de *fast food*, hotéis de rede e concessionárias de veículos importados. Esses serviços e comércios, reforçados pelo Plano Diretor de 1992, que promovia o adensamento da região, impulsionaram o uso residencial do Jardim Goiás, incentivado com a inauguração de um parque “ecologicamente correto”.

A construção do parque Flamboyant, no lugar do antigo clube do bairro, o Automóvel Clube, reafirmou as relações entre a empresa Jardim Goiás Empreendimentos e o poder público. Esse parque, com seu surpreendente jardim japonês – embora a mais significativa imigração para Goiânia tenha sido a de origem árabe –, foi construído às expensas dessa empresa, que, por sua vez, era a proprietária da maioria dos terrenos localizados no seu perímetro. A contrapartida obtida foi a alteração do gabarito desses terrenos, possibilitando a construção de edifícios de mais de vinte andares. São apartamentos anunciados em encartes luxuosos que “civilizam” a elite goiana com seus espaços *gourmet*, *spas* e salas *fitness*.



Figura 1: Folder Edifício residencial, Parque Flamboyant, Jardim Goiás. Fonte: acervo pesquisa.

Morto o velho Louza, seu filho perpetua as parcerias e os investimentos no bairro por meio de sua incorporadora. Desta maneira, seria incorreto falar sobre o Jardim Goiás sem a menção aos condomínios horizontais fechados construídos em suas imediações. Mesmo separados do bairro pela BR-153, e dele não fazendo parte, são sua extensão. Essas urbanizações, concebidas a imagem de *Seaside* e *Celebration*, como quase todas no Brasil a fora, propõem um estilo de vida que associa os benefícios da cidade grande, das proximidades das grandes superfícies de abastecimento e as vantagens da casa de campo – é claro que não faltam os muros e os controles de segurança. Com uma feição ainda mais “moderna”, o bairro prossegue na trilha que seu início implicava, atualizando-se, tornando-se mais e mais rentável, com a presença de grandes incorporadoras, tais como Brookfield, Gafisa, Inpar e outras, que não cessam de construir altíssimos edifícios de apartamentos com os mais estrambóticos programas.

Para reforçar seu valor imobiliário, o estado continua a dar suas contribuições como é o caso Centro Cultural Oscar Niemeyer e a Casa de Vidro. O primeiro, como em outros centros de cultura de Goiânia é um fiasco, os edifícios mal foram usados e já estão em ruínas a demandar investimentos que poderiam muito bem servir para a aquisição de livros de sua biblioteca vazia.

A imagem de bairro “hiper moderno” pretendida pelos empreendedores do Jardim Goiás, todavia, encontra resistência nas ocupações irregulares nos fundos de seus vales e suas áreas verdes. A lógica de construção do bairro esbarra-se no obstáculo dessas ocupações, em especial aquele oferecido pela Vila Lobó. Esse núcleo de casas constitui um enclave não só espacial, mas também social. A começar por sua origem marcada por histórias inevitavelmente presas ao drama da transferência para a nova moradia, aos enfretamentos com a polícia, ao medo da expulsão e às dificuldades vividas em dias de fortes chuvas em residências precárias. Essas memórias subterrâneas (HALBWACHS, 1990) destoam daquelas construídas oficialmente, em que os acertos entre poder público e proprietário do loteamento prevaleceram e a ocupação regular preponderou.

Os moradores dessas áreas relatam pequenas tragédias que a todos marcaram de forma semelhante, como o caso da criança que se afogou na piscina do clube do bairro e a vida de Sete Dedos, morador do lugar que se tornou a personificação do tabu do incesto. Nos depoimentos discretamente revelados, Sete Dedos teve um filho com a

própria filha. Verdadeira ou não, a história se encerra com a morte de Sete Dedos por suicídio. As lembranças – não são somente as trágicas – revelam a paisagem do cerrado, do córrego limpo e das pontes improvisadas com troncos de madeiras, sobre as quais crianças se equilibravam num perigoso jogo de travessias, há até pouco tempo.

Observa-se que os fatos marcantes são compartilhados, as pessoas ou personagens tornam-se referência de uma memória coletiva. Tais elementos constitutivos da memória – acontecimentos e pessoas – unem-se ao lugar, como avaliou Pollak (1989, 1992), para criar sentimentos de pertencimento e de identidade:

[...] Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p.205).

A incerteza da regularização de suas moradias não foi impedimento para o estabelecimento de vínculos entre as pessoas e o lugar. Excluídos da transformação do bairro, os moradores da Vila Lobó amontoavam-se nas ruelas sem calçamento ou esgoto, mas recebiam os benefícios de morar numa área próxima ao centro e aos serviços. Os estreitos becos levavam aos córregos onde as crianças brincavam e as mulheres lavavam as roupas, exemplificando os seus espaços públicos cheios de gente e de vida, ao contrário dos tediosos espaços do Jardim Goiás.

Objeto de intervenção urbanística nos anos 2000, as novas ruas asfaltadas da Vila revelaram lugares inimagináveis no centro do bairro de gente chique: casas, jardins, bicas d'água, entre outros. As moradias ainda precárias resultam não somente da falta de recursos para investimento, mas da incerteza da posse definitiva dos terrenos que ocupam. Essas moradas não são planejadas e seus construtores estabelecem outros tipos de vínculos com o lugar, traduzindo-os. Nesse caso, destacam-se no conjunto dessa paisagem momentos peculiares como a casa de Margarete e o jardim de Maria.

Imagens do lugar: uma casa e um jardim

[...] les habitations humaines sont faites de pierre et de terre, de bois et de chaumes, non moins que des opérations et de catégories de l'esprit (CUISENIER, 1991: 12).

A casa sempre esteve presente na história dos homens, seja como abrigo, lar ou referência de mundo. Seu sentido ultrapassa, portanto, sua conformidade material e seus caracteres descritivos, como dimensões ou cores, e aponta para uma complexidade vinculada à subjetividade humana. Além de ser o fato técnico mais comum entre o homem e os animais, por ser abrigo, como falou Leroi-Gourhan (1985), a casa pressupõe sua elaboração simbólica na mente de quem a concebe e a habita, extrapolando sua faceta física ou material.

Pensar a casa como o cerne da existência humana sugere sua posição como fronteira, pois ela intermedeia a interioridade e a exterioridade do sujeito morador, em alternâncias centrífugas e centrípetas, contribuindo para a compreensão do morar. A interioridade percebida na vivência subjetiva interessa na proporção que a condensa no morar de todos, estabelecendo um diálogo profícuo. A exterioridade está localizada na temporalidade da sociedade que a produz e a preenche de sentido, em que a casa corporifica o tempo sócio-histórico, posicionando-se como artefato.

Assim é a casa de Margarete. Essa surpreendente arquitetura exemplifica a ação de um *bricoleur* (LEVI-STRAUSS, 1989). Margarete, ao longo do tempo, reuniu peças de demolição, janelas, portas, escadas, grades, pisos e com eles construiu seu sobrado, cujo pavimento superior é feito todo em bambu. As paredes, com frestas, são atravessadas, à noite, pelas luzes de lanternas japonesas, a casa parece brilhar. Durante o dia, na varanda, discos metálicos balançam ao fluxo do vento e trazem inscritas as palavras saúde, paz e alegria.

Contudo, sua casa não foi sempre assim. Antes das intervenções para melhoria dessa parte do bairro, Margarete ocupava o mesmo lote, mas morava num pequeno barracão, hoje, demolido. Naquele tempo, a preocupação dessa moradora da Vila Lobó era assegurar seu pedaço de chão, tantas vezes ameaçado. Na luta pelo direito de morar, conseguiu o lote de bom tamanho, limítrofe à área parcelada do bairro.

Margarete relata que mora ali há mais de 40 anos. Veio com a família, mas hoje reside apenas com seu marido, o presidente da associação dos moradores daquele lugar. Em sua narrativa, entrevê-se a transformação da angústia dos primeiros tempos para a

alegria vivida nos momentos atuais, em que a regularização não existe de fato, mas as melhorias urbanas os dignificaram. A dualidade de sentimentos se expressa na sua casa, ao mesmo tempo, que se observa seu esmero, o arranjo cuidadoso dos espaços, tudo está constituído de material e de formas que sugerem provisoriedade, a possibilidade de uma nova diáspora. Nada parece ser definitivo.



Figuras 2 e 3: Casa de Margarete. Fotos: Bráulio Vinícius, 2010.

Uma casa que, como todas, situa-se como fronteira, no estar/entre, pertencer a ambos os mundos fronteiriços, unir e separar simultaneamente, mas, sobretudo, ser espaço de mediação ou simplesmente filtro, como disse Lotman apud Buescu (1999). Na sua condição de fronteira, a casa permite ainda a leitura da confluência e do encontro, pois nela se efetiva a convergência de mundos diversos. O mundo da exclusão e outro da dignidade, ou seja, o da ocupação irregular e o do direito de morar. Cada objeto, cada pedaço de madeira, angariado daqui e dali, significam a vontade de sentir inclusa no universo dos donos de casa. A casa moldada pedaço a pedaço significa confiança nesse devir, mais ainda, pede respeito pela sua expressão.

Nesse sentido, a casa de Margarete coloca-se como sua representação e pode-se percebê-la além da sua materialidade, indo ao encontro das leituras de importantes filósofos. Heidegger (2001) encontrou a mesma raiz nas palavras alemãs que significam “edifício”, “morada” e “existência”, o que o levou a afirmar que “habitar é a propriedade básica da existência” e a estabelecer uma correspondência inequívoca entre a casa e o *ethos* do homem, compreendendo-a como parte essencial do mundo e do estar em um lugar. Bachelard (1996) envereda pelos caminhos da fenomenologia e apreende a casa em todos os espaços habitados, transposta por imagens, sonhos e devaneios, colocando-a na centralidade do mundo. Eliade (1996) discutiu a sacralização do mundo a partir da instituição do espaço habitado como o seu centro, de onde tudo ganha sentido, se organiza e se ordena. Esse espaço habitado referencial é, em princípio, a casa ou o abrigo concebido como lar.

Nas nossas andanças pelas ruas estreitas da Vila Lobó, um pouco mais adiante da casa de Margarete, encontramos um novo achado: um pequeno jardim. Sem qualquer obstáculo que lhe impeça a entrada, se oferece para quem passa - a grama é impecavelmente aparada e compõem-se com touceiras de plantas, folhagens e uma pequena árvore. Conforma um espaço que não se sabe público ou privado, mesmo porque, atrás dele, há uma casa muito modesta. Esse caprichado jardim atua como uma pausa na conformação do espaço urbano da Vila Lobó, resultado de uma ação prática que abriu e asfaltou ruas como respostas às contingências. O resultado é ainda um espaço com poucas qualidades, calçadas estreitas, que margeiam as casas, construídas coladas aos limites dos lotes. Franjas de terreno se abrem em poucos canteiros e pracinhas que ainda não receberam os benefícios públicos do Departamento Municipal de Parques e Jardins, sempre tão cioso em divulgar sua política e práticas que visam afirmar Goiânia como a cidade das flores. Mas, o jardinzinho encontrado acena para – quem sabe – o futuro da Vila Lobó, à medida em que essa se constitua em um lugar, no seu sentido pleno e se afirme como *imago mundi* de que nos fala Eliade. Nesse sentido, uma distância enorme se constrói entre esse jardim e aqueles paisagisticamente projetados dos moradores dos condomínios fechados vizinhos à Vila.

Mais duas ruas percorridas e outra surpresa: uma bica de água limpa e corrente é compartilhada com mulheres do lugar para lavar suas roupas. Recentemente, os tanques e batedouros foram organizados pelos próprios moradores que transformaram esse recurso em uma lavanderia comunitária. O horário e o dia não eram os de trabalho, mas a imaginação é poderosa e ajudadas pelo relato de quem nos acompanhava já nos pusemos a imaginar conversas e roupas a quilar sobre a relva. Essas revelações da Vila Lobó parecem sinalizar que o verdadeiro “lugar” no bairro Jardim Goiás encontra-se ali, onde ainda são possíveis as trocas sociais, marcadas por outra temporalidade que não a dos tempos líquidos.



Figuras 4 e 5: Jardim e bica d'água Vila Lobó. Fotos: Bráulio Vinícius, 2010.

Considerações finais

São inúmeras as maneiras de se contar a história de uma cidade, ao aferir as tramas miúdas do cotidiano de cada uma de suas partes, constatamos que as circunstâncias que as constroem se diferenciam, registrando particularidades importantes. Os bairros contam histórias, que quase nunca são conhecidas pelos que neles não habitaram. As relações humanas espacializam-se em consonância com o tempo e ritmo de cada lugar, como aponta o Jardim Goiás.

Esses ritmos não só se inscrevem na materialidade da paisagem – entendidos como edifícios, ruas e praças, mas impregnam os corpos de seus habitantes. No Jardim Goiás, na maior parte de seus lugares, os corpos são silenciosos e destituídos de gestos expressivos. O deslocamento realiza-se via os meios de transporte, na sua maioria, em carros particulares, sempre apressados rumo ao hipermercado, ao shopping ou direto para a paz e a serenidade de uma casa bucólica em um condomínio fechado. Seus poucos espaços praticados são enclaves, configurados pelas ocupações irregulares – “milagrosamente” resistentes. Duas representações de mundo estabelecem seus limites no espaço de um único bairro.

Convém assinalar, de acordo com Chartier (1991), que a palavra “representação” indica duas acepções básicas: a primeira faz ver uma ausência e a outra, uma presença. No primeiro caso, segundo Falcon (2000), a representação pressupõe uma atividade cognitiva em relação ao mundo exterior, por apreender um real verdadeiro por sobre um real produzido, tornando-se um conceito-chave da teoria do conhecimento. No segundo caso, a representação é conceito-chave da teoria do simbólico, pois o ausente é tornado conhecido por meio de uma imagem ou símbolo, pertencentes à categoria dos signos. Neste âmbito, as representações podem ser perceptíveis nos ambientes construídos, porque são signos e artefatos da sociedade, ao mesmo tempo. É neste sentido que a casa de Margarete e o pequeno jardim encontrados na Vila Lobó podem ser considerados. Não será excessivo lembrar Leroi-Gourhan (1985), para quem a casa é muito mais do que um objeto material, cumprindo outros papéis, como, por exemplo, o de representar quem a produz. Desta forma, a casa e o jardim que aqui tratamos delineiam a fronteira das duas dimensões do Jardim Goiás. O termo fronteira significa “estar-entre” duas coisas, o que sugere dimensões concretas e abstratas. A concretude da fronteira é relativa ao espaço, podendo ser, por exemplo, um território, uma mata, uma casa, uma

parede, ou uma janela. Mas antes dessa percepção física, está seu sentido abstrato, cuja dimensão refere-se à sua constituição como representação, em que o propósito maior é a percepção da alteridade (MARTINS, 1996).

A alteridade é percebida na fronteira, mediante o estabelecimento das diferenças, e a condição de “estar-entre” é que permite amearhá-las. Assim, a colisão de diversidades estabelece espaços e tempos próprios, em que os primeiros (espaços) abrigam o desencontro dos segundos (tempos). Na fronteira coexistem tempos diversos, porque diz respeito ao espaço limítrofe entre o presente e o devir. Nesse sentido, a fronteira torna-se o espaço da mediação ou por onde se transita (BUESCU, 1999). No momento em que os tempos se encontram, a fronteira desaparece, pois o seu sentido é originado no conflito.

Referências

- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BRESCIANI, M. S. Ruptura e permanência no estudo das cidades. In: FERNANDES, A; GOMES, M. A. A. de F. (Orgs.). **Cidade & história**. Salvador: FAU-UFBA; ANPUR, 1992a. p.11-26.
- _____. Cidades: espaço e memória. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**. São Paulo: DPH, 1992b.
- BUESCU, Helena Carvalhão. A casa e a encenação do mundo: os fidalgos da casa mourisca de Júlio Diniz in SILVEIRA, Jorge Fernandes da (Org.). **Escrever a casa portuguesa**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999, p.34.
- CAUQUELIN, A. **Essai de philosophie urbaine**. Paris: PUF, 1982.
- CHAUÍ, M. de S. Apresentação. In: BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.5, 1991.
- CUISENIER, Jean. **La maison rustique**: logique social et composition architecturale. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FALCON, Francisco J. C. **História cultural**: uma visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnologia da corporalidade de moradores de rua de São Paulo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Leon Shaffter. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências**. Tradução Emanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ : Ed. Vozes, 2001.
- KOOLHAAS, R. et al. **Mutations**. Bordeaux : Actar, 2000.
- LEROI-GOURHAN, André. **II – O meio e as técnicas** (Evolução e técnicas). Tradução de Emanuel Godinho. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. 5ª Ed. Trad. Tânia Pellegrini. São Paulo: Papyrus, 2005.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8, n.1, maio 1996.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MAYOL, P. Morar. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Trad. Ephraim F. Alves e Lucia E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 35-185.
- MUÑOZ, F. **Urbanización: paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- NORBERG-SCHULZ, C. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, K (Org.). **Antologia teórica 1965-1995**. Tradução Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- _____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RAPOPORT, Amos. **Vivienda y cultura**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1972.
- RIBEIRO, R. M. **Memorial descritivo e justificativo do Projeto de Urbanização do Jardim Goiaz**. Jun. 1950. (Mimeografado).
- VELHO, G. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Entrevistas

- ARAÚJO, Délio Moreira de. Entrevista concedida a equipe da pesquisa. Goiânia, 2009.
- SILVA, Marta Alves R. Entrevista concedida a equipe da pesquisa. Goiânia, 2010.
- Margarete. Entrevista concedida a equipe da pesquisa. Goiânia, 2010.